

Convites à aliança: o favor pessoal e as demandas por recursos das obras de construção da Avenida Central do Rio de Janeiro (1903-1904)

Invitations to the alliance: personal favor and the demands for resources of the construction works of the Central Avenue of Rio de Janeiro (1903-1904)

Felipe Martins dos Santos

Doutorando em História

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

felippe.martinss@gmail.com

Aprovado em: 05/07/2018

Recebido em: 13/01/2019

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de investigar as formas de articulação de setores da sociedade carioca interessados em recursos da construção da Avenida Central da cidade do Rio de Janeiro. Para isto, utilizamos as correspondências enviadas ao diretor das obras, o engenheiro Paulo de Frontin. O recorte cronológico deste trabalho privilegiou a primeira fase dos trabalhos da comissão construtora (1903-1904), que foi entregue completamente ao tráfego em 1905. A principal problemática deste artigo consiste em compreender as práticas de construção de aliados políticos através da mediação de recursos públicos de uma das principais obras da Capital Federal no contexto das grandes reformas urbanas da cidade no início do século XX.

Palavras-chave: Reciprocidade; política carioca; engenheiros.

Abstract: The present article has the objective of investigating the forms of articulation of sectors of the Rio society interested in resources of the construction of the Central Avenue of the city of Rio de Janeiro. For this, we use the correspondence sent to the director of the works, the engineer Paulo de Frontin. The chronological cut of this work privileged the first phase of the works of the construction commission (1903-1904), which was completely delivered to traffic in 1905. The main problem of this article is to understand the practices of building political allies through the mediation of public resources of one of the main works of the Federal Capital in the context of the great urban reforms of the city in the early twentieth century.

Key words: Reciprocity; carioca politics; engineers.

Os anos iniciais do século XX representaram uma época de significativas transformações no espaço urbano da Capital da República. Na cidade do Rio de Janeiro, o engenheiro Paulo de Frontin¹ teve participação efetiva nestas mudanças. Como um profissional de perfil técnico da área da engenharia e com grande inserção política junto ao poder público, foi escolhido pelo Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Lauro Müller, para dirigir a Comissão Construtora da Avenida Central do Rio de Janeiro.

O presente artigo tem por objeto de análise as articulações políticas de segmentos da sociedade carioca, através das correspondências enviadas a esse personagem.² Concentramos nossas atenções no período compreendido entre a nomeação de Frontin como diretor, em 1903, até a inauguração do eixo principal da Avenida Central, em 1904. Muito embora a via tenha sido entregue completamente ao tráfego em 1905. O recorte cronológico corresponde ao período em que o engenheiro recebeu maior assédio por solicitações e abrange um momento político delicado das obras, por conta das desapropriações e demolições dos imóveis da região central da cidade.

Paulo de Frontin fez parte de um grupo de engenheiros que assumiu o protagonismo no plano arrojado de melhoramentos urbanos no governo Rodrigues Alves (1902-1906). Em face disto, buscamos problematizar as alianças que se construía por meio da distribuição de recursos provenientes das obras da Avenida Central. Em um contexto de aumento substancial de recursos públicos disponíveis na cidade, geridos por agentes do Estado com o perfil técnico-científico.

Em seu conjunto, as demandas foram enviadas por meio do favor pessoal e revelam-se como autênticos convites à aliança com Frontin. Por isto, recorreremos a elementos da teoria de

¹ Nascido na Raiz da Serra de Petrópolis, em 1860, construiu grande parte de sua carreira profissional e política na cidade do Rio de Janeiro. Formado, inicialmente, em engenharia civil e geográfica pela Escola Politécnica, em 1879, ganhou grande repercussão por meio da atuação de obras de reformulação urbana da cidade, também com atuação no campo ferroviário, como professor, empresário e presidente do Clube de Engenharia. Com o prestígio acumulado nestas atividades, ingressou na política partidária e, em 1917, elegeu-se para a cadeira do Senado com representação pela cidade do Rio de Janeiro. Foi prefeito da mesma em 1919, posteriormente, elegeu-se como deputado federal e voltaria ao Senado em 1921, de onde só sairia por conta do fechamento do Congresso em 1930 (PINTO, 2011, p. 62-63).

² Estas fontes primárias se encontram, atualmente, sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no Arquivo Particular Paulo de Frontin.

reciprocidade formulada por Marcel Mauss (1974 [1924]). Este deteve atenção particular para as dádivas: o intercâmbio de bens em sociedades não-europeias impregnado de valores imateriais e míticos, através dos quais havia a (re)afirmação de alianças sociais e a formação de *status* por meio de compromissos assumidos em rituais trocas tribais.

Essa noção da dádiva é pertinente porque privilegia a questão da dívida (MAUSS, 1974 [1924], p. 249-250) como recurso para auferir compromissos em relações não contratuais e que operam sob a lógica do empenho pessoal e da honra. O nosso trabalho revela os convites para tais rituais de troca e as estratégias destes missivistas para se tornarem autorizados a pedir. Desta forma, a possibilidade de atendimento aos pleitos por bens públicos facilitava a criação de dívidas peculiares, que consistiam em compromissos pessoais, de viés afetivo, congregando vínculos dos mais diversos domínios de sociabilidade (institucional, familiar, profissional, religioso etc.).

A reciprocidade pessoal observada por Mauss resiste em sociedades complexas como a cidade do Rio de Janeiro na virada para o século XX. Em meio ao processo de complexificação de estruturas sociais da cidade, no qual os indivíduos passam a assumir papéis diferenciados em posições distintas do tecido social (SIMMEL, 1973 [1903]).

O primeiro programa efetivo e arrojado de obras públicas da cidade, no século XX, surgiu após a vitória do presidente Rodrigues Alves, em 1902. A grande reforma urbana foi estruturada em duas grandes frentes financiadas por empréstimos estrangeiros.³ Uma delas, executada pelo prefeito Pereira Passos e a outra esteve a cargo do governo federal, concentrada na pasta do ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Lauro Muller.

A atuação do governo federal concentrou-se nas obras do porto do Rio de Janeiro e na construção de vias complementares. A principal delas, a Avenida Central foi projetada, inicialmente, com a finalidade de suprir o problema de infraestrutura da cidade e buscava facilitar

³ O financiamento das obras federais foi realizado por meio de empréstimo, autorizado pelo Congresso, em 1903, com o banco britânico *N. M. Rothschild and Sons de Londres*, no valor de £ 8.500.000. Foram destinados ao orçamento da Avenida 3.780:000\$000 para as obras, 52.450:000\$000 para as desapropriações em conjunto com as obras do Cais do Porto e 5% do total do empréstimo para a administração (ROCHA, 1995, p. 60).

a distribuição de produtos do porto com a rede comercial do centro da cidade (AZEVEDO, 2003, p. 247-249).

Além das competências diretamente ligadas à empreitada, o diretor da Comissão Construtora teve a atribuição de intervir nos conflitos imobiliários gerados pelas desapropriações, sobretudo entre os proprietários e o governo federal. Desta forma, sua atuação foi estendida aos acordos amigáveis de indenização e desapropriação dos imóveis existentes no traçado da Avenida, assim como de acionar as decisões judiciais em casos de litígio (INSTRUÇÕES PARA..., 1903).

Outro importante recurso controlado por Frontin foi o da nomeação e o controle do quadro de salários dos empregados da obra – à exceção, apenas, dos membros da Comissão Construtora. Segundo as *Instruções para a Comissão Construtora*, somente o aumento do número no quadro de pessoal dependeria da aprovação do ministro Lauro Müller.

As obras tiveram início em 26 de fevereiro de 1904 e o andamento da primeira fase foi concentrado nas demolições, indenizações e construção do eixo principal. Transcorrendo em ritmo acelerado, o eixo central da Avenida foi inaugurado em 7 de setembro de 1904 e a conclusão das obras ocorreu no ano seguinte, em 15 de novembro (ROCHA, 1995, p. 69).

Correspondências ao Diretor da Comissão Construtora da Avenida Central

A passagem de Frontin pela Comissão Construtora resultou na produção de um número substancial de documentos que, atualmente, compõem o fundo de seu arquivo pessoal.⁴ As 125 correspondências relativas ao recorte cronológico proposto representam, aproximadamente, 17% de toda a série de correspondência passiva preservada. Como é possível observar no quadro abaixo, as demandas ocuparam a maior parte dos assuntos tratados pelos missivistas, principalmente os pedidos por emprego, por questões imobiliárias e indenizatórias e para a atuação da influência de Frontin em outros campos da administração pública.

Tabela 1: Conteúdo das Correspondências (1903-1904)

<i>Assunto</i>		<i>Quantitativo</i>		<i>(%)</i>
Demandas	Emprego	72	97	77,6%

⁴ Série de correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB.

	Imobiliárias	4	
	Indenizatórias	4	
	Atuação em outras esferas públicas	2	
	Não declaradas	15	
Atividade empresarial, do Clube de Engenharia e Derby Club		10	8%
Convites, felicitações e agradecimentos		9	7,2%
Outras correspondências sobre a construção da Avenida Central*		8	6,4 %
Sem informação		1	0,8%
Total		125	100%

Fonte: Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB.

Os pedidos de emprego destacam-se em um universo de 57, 6% de todas as correspondências. Eles evidenciam como estas relações se davam de forma assimétrica. A principal justificativa utilizada era por se tratar de um lugar que não impactasse de maneira significativa os custos das obras e que se legitimava como uma ação de “justiça”, de socorro ao mais fraco. Como na carta do desempregado Américo Correia:

[...] sem emprego e recursos o que faz-me ir perante ao seu bom coração pedir-lhe arranjar me um lugar nas obras da Avenida pois, *estou a 7 meses sem emprego e lutando com dificuldades* e pagando ao meu irmão Moreira, que está dando-me uma mesada mensal para sustento da minha família o que faz-me perder dias de vida pois esta generosidade dele por saber *as minhas circunstancias obriga-me a sujeitar-me a qualquer lugar* pois o dr. sabe que eu atiro-me a qualquer serviço e não tenho medo de trabalhar [...]. (CORREIA, 1904) (Grifos nossos)

Os pedidos de emprego, no entanto, não eram feitos somente em termos assimétricos, típicos das relações hierarquizadas. Houve demandas de missivistas que se posicionavam como amigos próximos e iguais. Uma indicação desta situação foi o pedido feito pelo Visconde de Ouro Preto, que se colocava como “amigo”, em sua apresentação de Euclides da Cunha. Seu pedido foi justificado na seguinte frase: “Apresento-lhe o *Snr.* dr. Euclides da Cunha, um antigo discípulo, ex-militar e atualmente engenheiro distinto e homem de letras de inegável merecimento” (OURO PRETO, 1904).

Ocuparam um universo menor as demandas imobiliárias (3,2%) e as indenizatórias (3,2%). As campanhas de arrasamento das habitações populares do centro da cidade aliadas ao desenvolvimento industrial e ao embelezamento do espaço urbano tiveram como consequência

direta a valorização imobiliária (CARVALHO, 1995, p. 154-171), principalmente no caso da Avenida Central, a via que atravessava o centro comercial da cidade. Um deles abriu mão do vínculo de amizade, utilizando somente o tratamento de “V. Excelência”, para pedir que a indenização lhe fosse paga em virtude da obrigatoriedade de mudança de seu escritório – o que considerava uma questão de justiça (ALBUQUERQUE, 1904).

As duas demandas para que Frontin utilizasse sua própria influência e atuasse como intermediário representaram apenas 1,6% do total de correspondências. Importante ressaltar que esta documentação revela somente o assédio feito ao destinatário para tal prática e não a efetivação da mesma.

Origem das Correspondências

Tabela 2: Origem das Correspondências por Estados (1903-1904)

<i>Estado</i>	<i>Quantitativo</i>	<i>(%)</i>
Capital Federal	86	68,8
Rio de Janeiro	12	9,6
São Paulo	2	1,6
Minas Gerais	2	1,6
Paraná	1	0,8
Internacionais*	6	4,8
Sem informação	16	12,8
TOTAL	125	100

Fonte: Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB.

*As correspondências internacionais foram (03) da França, (02) de Portugal e (01) da Alemanha.

A Capital Federal foi o centro do raio de missivistas de Paulo de Frontin, mas as mesmas se estenderam até os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Paraná. As correspondências provenientes da Capital Federal (68,8%), seguidas pelo Estado do Rio de Janeiro (9,6%) e aquelas que não tiveram local declarado (12,8%) são representativas de 91,2% de toda a documentação.

Esta concentração é explicada, em grande medida, pelos recursos de uma obra circunscrita ao espaço da cidade. Os dados revelam os perfis de missivistas em uma região urbana, maior cidade do país e sede da Capital da República. Na complexidade do espaço político

e social da Capital concentravam-se políticos com bases eleitorais de regiões distintas do Brasil, que também compunham a rede de relações com Paulo de Frontin.

Os missivistas

Os missivistas possuíam uma composição social heterogênea, que se desdobrava em um leque de 20 ocupações distintas, além dos desempregados e os que não foram identificados. Vejamos o detalhamento no quadro abaixo.

Tabela 3: Ocupação dos missivistas (1903-1904)

<i>Profissão/Ocupação</i>	<i>Quantitativo</i>	<i>(%)</i>
Engenheiro	27	23,07
Político*	17	14,52
Militares	11	9,4
Comerciante	7	5,98
Desempregado	6	5,12
Advogado	5	4,27
Juiz	3	2,56
Professor	3	2,56
Médico	3	2,56
Funcionário público	3	2,56
Eclesiástico	2	1,7
Empresário	2	1,7
Familiar	1	0,85
Mestre de Obras	1	0,85
Carteiro	1	0,85
Produtor de café	1	0,85
Técnico agrícola	1	0,85
Contabilista	1	0,85
Escriturário de Contabilidade	1	0,85

Ourives	1	0,85
Paisagista	1	0,85
Sem informação	19	16,23
Total	117	100

Fonte: Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB.

Observações: a) As informações foram coletadas com base na ocupação que os próprios missivistas fizeram de si. Para os que não declararam foi utilizado como fonte para a identificação desses personagens a imprensa, principalmente o *Almanak Laemmert* e, como fonte secundária, o Dicionário Histórico-Biográfico da Fundação Getúlio Vargas. b) O quantitativo de missivistas (117) foi menor que o total de correspondências (125) porque houve missivistas que escreveram mais de uma correspondência.

*Nesta categoria foram agrupados os personagens que ocuparam cargos executivos e legislativos no Império e na República, como também possuidores de títulos nobiliárquicos.

Como podemos observar, a atividade epistolar de Paulo de Frontin englobava grupos de políticos, engenheiros, militares, demais profissionais liberais, magistrados, agentes públicos, empresários, eclesiásticos e, em menor número, trabalhadores de parcelas mais pobres da população. Embora esta diversidade do ponto de vista da ocupação, houve maior recorrência dos missivistas engenheiros (23,07%), políticos (14,52%) e militares (9,4%). Algumas razões contribuem para explicar a tendência de maior atividade epistolar por parte desses três perfis de missivistas.

O acentuado número de cartas de engenheiros deve-se, em grande medida, por ser aquele um campo de trabalho diretamente vinculado à atuação desses profissionais. Além disso, o destinatário era o presidente do Clube de Engenharia. Paulo de Frontin como representante da instituição estabeleceu com ela uma relação de “dupla troca” (CURY, 2000, p. 165-166), na qual o seu presidente esforçou-se em obter o reconhecimento dos membros do Clube, que lhe garantiam o posto de interlocutor dos engenheiros; e seus membros reconheceram que a inserção de seu líder junto à esfera do poder público lhes asseguraria os postos de trabalhos e empreendimentos.

A presença preponderante de missivistas políticos apresenta, de maneira mais evidente, a face da política formal e a possibilidade de atendimento às bases políticas daqueles personagens. Elas são o vestígio do convite à aliança dos políticos profissionais com Paulo de Frontin em

torno de interesses relativos à construção. Esse dado aponta para o fenômeno clássico do clientelismo político (CARVALHO, 1997, p. 36-37), que envolvia a distribuição de recursos públicos, de maneira particularista e com forte apelo afetivo, realizada por agentes que controlavam recursos públicos desiguais. Isso contribui para romper com a noção sobre quadros essencialmente técnicos do Estado dissociados dos conflitos de interesses da política formal.

Embora a relação dos militares com o Diretor de Obras fosse menos preponderante como a dos anteriores, a carreira militar esteve, historicamente, ligada à carreira de engenheiros. A geração de Frontin foi a primeira de engenheiros formados em escola civil – A Escola Politécnica. Até 1860, grande parte dos engenheiros era composta por militares, formados na Escola Central, mantida pelo Ministério da Guerra (CURY, 2000, p. 68-71).

Os restantes 53,1% pulverizavam-se em outras 17 profissões, desempregados e “sem informação”. Esses dados permitem considerar que a diversidade de perfil dos missivistas indica para o contato de Frontin com agentes pertencentes a domínios sociais diversificados, ainda que de setores mais abastados, principalmente, da sociedade carioca.

Desta forma, relacionando a heterogeneidade dos missivistas ao expressivo número de demandas (77,6%), é possível considerar que estas cartas demonstram uma mediação política esperada por Paulo de Frontin como diretor da Comissão Construtora da Avenida Central. Uma forma de mediação, contudo, peculiar de sociedades urbanas complexas, com potencial de metamorfose (VELHO e KUSCHNIR, 1996, p. 82-84). Havia, dessa maneira, a possibilidade da construção de alianças com integrantes de contextos sociais da Capital, que não eram, necessariamente, contínuos.

As Amizades diferenciadas

Os missivistas encaminhavam suas demandas pautadas por vínculos de amizade, salvo 11,34% que não explicitam a palavra “amigo” ou correlatas. Para os missivistas, a reciprocidade não era sinônimo de igualdade ou simetria e o seu caráter de dádiva não consistia em pura generosidade. A rigor, por meio de uma linguagem ritualizada, repleta de formalidades, a forma dos pedidos revela vínculos pautados por algum nível de desigualdade.

Nesses rituais, os bens trocados não eram recursos úteis economicamente apenas. As trocas eram feitas com bens materiais e imateriais – no qual também se trocavam amabilidades, serviços, lealdade e a troca do recurso da Avenida Central era apenas um termo do contrato pessoal mais amplo e permanente.

Os missivistas recorriam, majoritariamente, na condição de amigos inferiores, por meio do favor de Paulo de Frontin. A amizade, em seu sentido amplo, pressupunha a relação afetiva pautada por sentimento de quem é amigo, por amor, dedicação, benevolência ou pacto de aliados (FIGUEIREDO, 1899, p. 77). No entanto, na complexidade da Capital Federal, essas relações se desdobravam de maneiras diversas, isto fica claro quando analisamos os termos daqueles vínculos do ponto de vista dos próprios missivistas; especialmente, por meio da posição que construíam de si e que faziam de Paulo de Frontin.

O caráter de disputa e rivalidade que encerra a troca de presentes (MAUSS, 1974 [1924], p.191-194) põe em perspectiva o nível de desigualdade entre personagens diferenciados, seja em relações que tendessem à simetria de posições (troca horizontalizada entre pactuantes de prestígios equivalentes, mas que controlavam recursos diferenciados), seja em relações que tendessem à assimetria (troca verticalizada entre “fracos” e “fortes”, que pressupunha uma relação de subalternidade).

Amigos engenheiros

Os engenheiros fizeram parte do grupo que manteve maior atividade epistolar com Paulo de Frontin, com 23,07% do total de correspondentes identificados. Eles trataram de demandas (70,3%), atividade empresarial (11,1%), felicitações e agradecimentos (11,1%) e demais atividades técnicas e administrativas da Avenida Central (7,5%). As demandas continham, predominantemente, pedidos explícitos por emprego (15 cartas), indicação de nomes (3 cartas), para atuação de Frontin em área de sua influência (1 carta) e sem informação (8 cartas).

Os missivistas eram, majoritariamente, engenheiros do Distrito Federal (21), um de Valência (RJ), um de Cruzeiro (MG), Santos (SP), Ponta Grossa (PR), um de Paris e outros de Berlim. Na linguagem que compunha a correspondência, os pronomes, adjetivos e advérbios

utilizados na saudação e na subscrição compuseram a performance dos missivistas, indicando a imagem que fizeram de si e a de Paulo de Frontin.

Tabela 4: Tratamentos dos Engenheiros (1903-1904)

<i>Posição de Paulo de Frontin pelos engenheiros</i>	<i>Posição dos engenheiros por eles mesmos</i>
"Excelentíssimo Senhor <i>Doutor</i> André Gustavo Paulo de Frontin"	"Atento Venerador Obrigado"
"Ilustríssimo Mestre <i>Doutor</i> "	"Amigo e <i>criado</i> "
"Excelentíssimo <i>Colega e Amigo Doutor</i> "	" <i>Amigo</i> grato e <i>colega</i> admirador"
"Excelentíssimo <i>Amigo</i> e Senhor <i>Doutor</i> "	"Atento <i>Criado</i> Obrigado"
"Excelentíssimo Senhor <i>Doutor</i> "	Sem informação
"Ilustre e Prezado <i>Amigo</i> Senhor <i>Doutor</i> "	"Atento Admirador <i>Amigo</i> dedicado compadre e <i>criado</i> afetuoso"
"Prezado <i>colega e amigo doutor</i> "	" <i>Amigo</i> velho e <i>colega</i> muito grato"
"Prezado Senhor <i>Doutor</i> "	" <i>Colega</i> afetuoso e <i>amigo</i> muito grato"
"Companheiro <i>amigo</i> senhor <i>Doutor</i> "	" <i>Amigo</i> obrigado (...) <i>colega</i> "
"Prezado Distinto <i>Colega</i> "	" <i>Colega amigo</i> obsequioso"
"Prezado <i>Amigo</i> e <i>Doutor</i> "	"Sempre seu <i>amigo</i> muito grato"
"Prezado <i>Doutor</i> "	"Sempre <i>colega e amigo</i> "
" <i>Amigo e Colega Doutor</i> "	Sem informação
" <i>Amigo Doutor</i> "	Sem informação
"Meu caro <i>Doutor</i> "	"Afetuoso abraço do <i>discípulo</i> e <i>amigo</i> sincero"
"Meu caro Frontin"	" <i>Colega e amigo</i> "
"Meu Caro Mestre <i>Doutor</i> "	"Do seu <i>discípulo</i> e <i>amigo</i> sincero"
" <i>Amigo Doutor</i> Frontin"	Sem informação
" <i>Amigo Doutor</i> "	Sem informação
"Meu Caro"	" <i>Colega</i> , velho <i>amigo</i> e admirador sincero"
"Meu caro"	"Muito verdadeiro <i>colega</i> admirador"
" <i>Amigo</i> "	"Espero que V. Ex. fará o melhor e disporá do <i>AMIGO</i> "
"Frontin"	"Abraço afetosamente o <i>Amigo</i> Velho e <i>Colega</i> "
"Frontin"	" <i>Discípulo</i> sempre conhecido."; "Atencioso <i>criado</i> e obrigado"
"Frontin"	" <i>Amigo</i> "

Fonte: Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB. (Grifos nossos)

O quadro indica como os engenheiros assumiram visões de si bastante distintas. Isso se explica, em parte, pela distância social existente entre eles, à medida em que exigia maior cerimônia em suas performances. Fica evidenciada a assimetria destas relações, como podemos perceber pelos tratamentos “Venerador”, “Criado”, “Admirador”, “Discípulo”. Muito embora, esta lógica não tivesse operado entre todos os engenheiros, principalmente, entre engenheiros mais próximos. Estes abriam mão do excesso de formalidades, relevando uma relação mais horizontalizada, como é o caso do pedido de Vieira Souto (engenheiro e sócio de Frontin, que dirigiu a já mencionada Comissão Construtora das Obras do Porto), em um bilhete de uma frase pedindo ao seu indicado alguns minutos da atenção do destinatário (SOUTO, 1904).

Nestas relações pautadas por amizades desiguais foram centrais os tratamentos “colegas”, “discípulos e “criados”. É importante observar que o tratamento de “colega” foi recorrente apenas no interior deste grupo de missivistas, o que pressupõe a indicação de uma relação de pertencimento de uma corporação ou profissão. Vínculos que foram criados em espaços partilhados por eles, como a Escola Politécnica do Rio de Janeiro e a instituição onde se organizava a categoria, o Clube de Engenharia, tal como exposto na correspondência de José Murinho:

[...] Há dias escrevi-lhe uma carta, pedindo-lhe um lugar para o nosso André Guadie Lay e uma colocação para o Dr. Olavo França, preparador da minha consideração, engenheiro civil pela *nossa Escola* e que é seu conhecido por já ter-lhe sido recomendado há tempos pelo nosso amigo e colega Carlos Sampaio. Nenhuma resposta obtive e por isso fui pessoalmente procurá-lo *no Club de Engenbaria* para entender-me consigo a esse respeito [...] (MURTINHO, 1904) (grifos nossos)

O convite à aliança dos engenheiros não era feito somente por aqueles que se colocavam em uma posição de subalternidade. Estavam em jogo outros esforços para tornar suas ações eficazes e, para isto, estes atores enfatizavam seu valor como merecedores. Entre as demonstrações de merecimento, destacam-se as explicitações da lealdade e influência que estes profissionais tinham como possíveis mediadores de recursos.

Por conta disto, a presença dos papéis timbrados de repartições públicas indicava a capacidade de retribuição destes engenheiros. Colocar-se à disposição, nesses casos, significava

realizar contrapartidas. As correspondências desta natureza foram referentes à Estrada de Ferro Central do Brasil (escritório do sub-diretor de tráfego e gabinete do diretor), Estrada de Ferro Minas e Rio, Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas (Direção Geral de Engenharia). As correspondências oficiais conjugadas aos tratamentos pautados por vínculos, sobretudo de amizade, revelam como as formalidades de agentes de dentro da estrutura do Estado se conjugavam com a informalidade das relações pessoais, marcadas por vínculos afetivos.

As justificativas das demandas também eram um misto de bens materiais com valores imateriais. Por isto agrupamos estas informações nas seguintes categorias: 1º) favor/obséquio (16 ocorrências), necessidade material (9 ocorrências), generosidade (9 ocorrências), competência profissional (6), proteção (5), bondade (3), delicadeza (2), promessa (2), benefício (1), cavalheirismo (1), educação (1), consideração (1).⁵

Nem todos os missivistas se justificavam, principalmente os mais próximos, mas tinham aqueles que se alongavam na apresentação de seus pleitos. Dessa maneira, as razões declaradas pelos engenheiros, em linhas gerais, eram sustentadas como um favor associado a valores, como a necessidade de proteção de membros da mesma categoria profissional.

Amigos políticos

Os políticos representaram o segundo grupo com maior atividade epistolar preservada. Em sua totalidade, 80% eram sobre demandas, 15% sobre assuntos técnicos e administrativos (ofícios ministeriais e decretos de nomeações) e 5% não possuíam informação. O universo dos pedidos era constituído, basicamente, por demandas de emprego (12 cartas) e apresentações (4 cartas). Os políticos escreveram do Distrito Federal (60%), Portugal (10%), dos estados do Rio de Janeiro (5%), de Minas Gerais (5%) e os demais, 20%, não informaram ou estão ilegíveis. Conforme o quadro abaixo, que considerou a base política dos solicitantes, fica evidente como este grupo, mesmo com concentração na Capital, tinha a origem de suas bases políticas mais ampla, do ponto de vista geográfico.

⁵ Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB. Observação: Os termos acima foram coletados por incidência nas correspondências e agrupados nestas categorias.

Eles tinham origem nos estados do Rio de Janeiro (Manuel Martins Torres, Barão de Santa Margarida, Barão de Vargem Alegre e Custódio José Coelho de Almeida), Minas Gerais (Visconde de Ouro Preto, Joaquim Gonçalves Ramos e Henrique Sales), Santa Catarina (Lauro Severino Muller, Hercílio Luz), Espírito Santo (Henrique Coutinho), Mato Grosso do Sul (Antônio Francisco Azeredo) e Pará (A. Índio do Brasil). Além do então Distrito Federal (Alcindo Guanabara e Manoel Joaquim Valladão) e de Portugal (Marquês D'Avila e Bolama e João de Sá Camelo Sampreia).

Somente dois políticos tinham base eleitoral na cidade do Rio de Janeiro, como demonstra o quadro. Havendo maior número de representantes dos demais estados, sobretudo do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. O quadro também indica para uma atividade epistolar de personagens que não eram políticos profissionais, mas que possuíam poder de influência, principalmente, por conta de seus títulos nobiliárquicos. Mesmo extintos na República, os foros de nobreza provenientes dos títulos concedidos durante o período imperial continuaram possuindo um valor dentro da estrutura de poder do regime republicano.

Diferentemente dos engenheiros, os políticos encaminhavam os pedidos de maneira menos hierarquizada. A dinâmica da reciprocidade no interior deste grupo tendia à amizade sustentada em bases mais simétricas. Embora, a simetria não significasse igualdade de posições, uma vez que o prestígio destes personagens era estruturado em espaços de atuação e no controle de bens distintos de Frontin. Vejamos o quadro com as posições que os políticos fizeram de si e do engenheiro.

Tabela 5: Tratamentos dos Políticos (1903-1904)

<i>Posição de Paulo de Frontin pelos políticos</i>	<i>Posição dos políticos por eles mesmos</i>
“Excelentíssimo (...) e Senhor <i>Doutor</i> ”	“Muito admirador e muito <i>obrigado</i> ”
“Senhor Engenheiro Chefe da Comissão Construtora da Avenida Central”	“Saude e Fraternidade”
“Ilustríssimo <i>Amigo</i> e Senhor <i>Doutor</i> ”	“ <i>Amigo</i> atencioso e <i>muito obrigado</i> ”
“Ilustríssimo e Excelentíssimo <i>Doutor</i> ”	“Concidadão, <i>amigo</i> e (...)”
“Frontin”	“ <i>Amigo</i> sincero”
“ <i>Amigo Doutor</i> ”	“Colega <i>obrigado</i> ”
“Prezado <i>Amigo Doutor</i> ”	“ <i>Amigo</i> admirador”

“Meu Caro”	“ <i>Amigo</i> Afetuosíssimo e <i>particularmente obrigado</i> ”
“Ilustríssimo <i>Amigo Doutor</i> ”	“ <i>Amigo</i> muito atento e <i>obrigado</i> ”
“Prezado e <i>Amigo Doutor</i> ”	“Compadre e <i>amigo</i> afetuoso”
“Ilustríssimo e Excelentíssimo <i>Senhor</i> e muito Prezado <i>Amigo</i> ”	“Seu muito amigo e <i>muito obrigado</i> ”
“Meu caro <i>Dr.</i> ”	Sem informação
“Excelentíssimo <i>Senhor Doutor</i> ”	Sem informação
“Distinto <i>Amigo Doutor</i> ”	Sem informação
“Ilustre e prezado <i>Amigo Doutor</i> ”	Sem informação
“ <i>Amigo Doutor</i> ”	Sem informação

Fonte: Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB. Grifo nosso.

Como é possível observar, as formalidades entre os políticos e Paulo de Frontin foram pautadas pelo vínculo de amizade entre “notáveis”, como indica a recorrência dos tratamentos “Amigo” e “Doutor”. Em relação à visão que esses agentes fizeram de si, eles reclamavam relações sustentadas por laços que remetiam à dívida de gratidão e obrigações criadas pelos seus pedidos sem, com isso, reivindicar posições de inferioridade (como entre parcela dos engenheiros), embora o fato de tornar-se “obrigado”, por si, era uma condição de desigualdade entre estes pactuantes.

As correspondências dos políticos revelam a natureza aparentemente desinteressada da dádiva, muitas vezes de maneira sucinta com que apresentaram suas demandas. Alguns deles a fizeram em cartões de visita (6) – que possuíam o tamanho aproximado de 10cm por 6cm – e foi recorrente, também, o uso de timbres de repartições públicas (Intendência Municipal da Capital Federal, Diretoria Geral de Viação e Obras Públicas e, de Portugal, a Direção Geral dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos do Gabinete do Diretor Geral), papéis gravados com os cargos de “Ministro de Portugal”, “Deputado por Minas Gerais”, “Senador do Espírito Santo” e monograma com as letras IB, do deputado Índio do Brasil.

Eles não costumavam comentar sobre as questões das disputas políticas, ao mesmo tempo em que reclamavam uma relação institucional, como vimos nos usos de papéis oficiais, a relação era pautada por vínculos de amizade. Um político que fugiu desta tendência foi o senador pelo Espírito Santo, Henrique Coutinho. Pela riqueza de informações de seu pedido, Coutinho

revelou traços dos aspectos implícitos desta forma de relação – principalmente a rivalidade que foi a base das trocas de recursos:

[...] não pude nomeá-lo [o seu recomendado] por ocasião das primeiras nomeações, mas que se esforçaria para o fazer quando tivesse de fazer novas nomeações, vou de novo pedir que embora não tenha eu o direito de solicitar favores a V. Ex.^a, se digno prestar sua benevolência ao pedido que lhe fiz e que reitero relativo a este moço que é digno da proteção de V. Ex.^a [...] Não podendo dispor de muito tempo para estar ao lado do Snr. Anphiloquio solicitando esse emprego ou para melhor um emprego com que ele possa viver, para isso que. *em breve vou assumir as reideas do governo de meu Estado*, não tenho remédio senão importunar a V. Ex.^a que gentil e humanitário como é, não deixará de me atender [...] Sempre as ordens de V. Ex.^a sou com muito respeito e consideração [...] (COUTINHO, 1904) (Grifo nosso)

É importante evidenciar a forma com a qual o senador capixaba demonstrou sua força política e sua capacidade de retribuição dentro de um cerimonial no qual se coloca, estrategicamente, como inferior. A lógica da relação de amizade que se estabeleceu, nesse caso, não foi a de “fraco e forte” (assimétrica), e sim entre fortes. Henrique Coutinho demonstrou, de forma sutil, o caráter de rivalidade que ensejava este tipo de relação. A honra e o prestígio estiveram associados à capacidade do doador de distribuir benefícios e o princípio da disputa foi a base destas relações entre personagens que tendiam à simetria de relações.

Ainda que uma amizade em termos mais horizontais, a desigualdade que se verificou, nessa situação, não foi a do nível de prestígio entre o missivista e Frontin, mas o fato do senador capixaba não controlar os recursos que o engenheiro controlava. Esta foi, justamente, a condição que o levou a explicitar quem era e o que viria a ser (presidente do estado do Espírito Santo), isto sem abrir mão da afetividade que compunha o ritual.

As justificativas dos políticos, embora nem sempre explícitas, indicam como as demandas deste grupo também eram pautadas entre favores de amigos, em uma relação de troca de bens públicos marcada por um forte caráter de afetividade. Entre elas, identificamos o favor/obséquio (8 ocorrências), a competência profissional (3 ocorrências), a necessidade material (3 ocorrências), a bondade (2), a benevolência (2), a proteção (2), a fineza (2), a gentileza (1), a humanidade (1), o interesse público (1).⁶

⁶ Fonte: Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB.

Amigos militares

Os militares enviaram 13 demandas. Os conteúdos dos pedidos consistiam, basicamente, por emprego e um por indenização, que vieram da Capital (92%) e do estado do Rio de Janeiro (8%). Oriundos de oficiais do Exército, entre eles havia um marechal, quatro generais, dois majores, três tenentes e um militar não identificado. Vejamos no quadro abaixo o tratamento dos militares:

Tabela 6: Tratamentos dos militares (1903-1904)

<i>Posição de Paulo de Frontin pelos militares</i>	<i>Posição dos militares por eles mesmos</i>
“Prezado <i>Amigo Doutor</i> ”	“ <i>Amigo</i> afetuoso e <i>obrigado</i> ”
“ <i>Amigo Doutor</i> ”	“De seu <i>amigo</i> ”
“ <i>Amigo</i> Excelentíssimo Senhor <i>Doutor</i> ”	“ <i>Amigo</i> obrigado do coração”
“Excelentíssimo <i>Doutor</i> ”	“ <i>Amigo</i> admirador e muito grato”
“ <i>Doutor</i> ”	“ <i>Amigo</i> dedicado”
“Excelentíssimo Senhor <i>Doutor</i> André Gustavo Paulo de Frontin”	“ <i>Amigo</i> Respeitador e sincero admirador”
“Excelentíssimo Senhor”	“Saúde e fraternidade”
“ <i>Amigo</i> Excelentíssimo <i>Doutor</i> ”	“ <i>Amigo</i> admirador e (...) grato”
“Meu bom amigo <i>Doutor</i> ”	“ <i>Amigo</i> respeitador obsequioso criado”
“Excelentíssimo Senhor <i>Doutor</i> ”	“Afeiçoado, venerador e criado”
“Excelentíssimo <i>Amigo</i> Senhor <i>Doutor</i> ”	“Vosso <i>amigo</i> muito grato e admirador”

Fonte: Correspondências da série passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB.

A relação dos militares com Paulo de Frontin, em torno de recursos públicos, também foi pautada pelos vínculos de amizade associado ao reconhecimento de prestígio e, em seu conjunto, tendeu à simetria de relações, fato que se deve, em grande medida, pelas patentes dos militares que se concentravam entre oficiais superiores, oficiais generais e oficiais subalternos.

As justificativas de suas demandas por recursos públicos giravam em torno de valores e crenças, semelhantes aos vínculos sustentados através do favor pessoal, que foram as seguintes:

obséquio/favor (6 ocorrências), amparo/proteção (2 ocorrências), promessa/compromisso (2 ocorrências), justiça (1), gentileza (1), necessidade material (1) e bondade (1).⁷

Os demais amigos

Os demais missivistas foram responsáveis por 57, 73% das demandas preservadas. Eles foram compostos categorias mais heterogêneas, conforme é possível perceber nas suas ocupações, de 17 profissões distintas identificadas, além dos desempregados e aqueles sem informação. Suas correspondências foram endereçadas do Distrito Federal (72%), estados do Rio de Janeiro (14%) e de São Paulo (3%), sendo 11% não declaradas. Vejamos abaixo o quadro de demandas por ocupação.

Tabela 7: Demandas por ocupação dos “demais amigos” (1903-1904)

<i>Profissão / Ocupação</i>	<i>Quantitativo de Demandas</i>				<i>Total</i>
	<i>Emprego</i>	<i>Imobiliária</i>	<i>Indenizatória</i>	<i>Não declarada</i>	
Desempregado	7	0	0	0	7
Empresários	5	0	0	0	5
Advogados	3	0	0	2	5
Comerciantes	1	1	1	0	3
Professores	2	1	0	0	3
Juízes	1	0	0	1	2
Médicos	2	0	0	1	3
Funcionários Públicos	1	0	1	1	3
Eclesiásticos	2	0	0	0	2
Familiar	1	0	0	0	1
Mestre de Obras	1	0	0	0	1
Carteiro	1	0	0	0	1
Produtor de café	0	1	0	0	1
Técnico agrícola	1	0	0	0	1
Contabilista	1	0	0	0	1
Escriturário de Contabilidade	1	0	0	0	1
Sem informação	10	1	1	4	16
Total	40	4	3	9	56

Fonte: Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB.

Observação: O quantitativo por profissão deste quadro (40) é menor que o apresentado no quadro geral (62) porque não foram todos os missivistas que enviaram demandas e alguns deles enviaram mais de uma.

⁷ Fonte: Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB.

Os recursos públicos solicitados por estes missivistas seguiram a tendência geral dos correspondentes: vagas de emprego (40), seguida das demandas não declaradas (9), imobiliárias (4) e indenizatórias (3). Para esses personagens, o encaminhamento de suas demandas se justificava pelo obséquio/favor (36 ocorrências), necessidade material (18 ocorrências), amparo/proteção (10 ocorrências), competência (10), benevolência (8), bondade (4), promessa/compromisso (2), generosidade (1), fé (1), graça (1), delicadeza (1), justiça (1), gentileza (1) e educação (1).⁸

A diversidade das justificativas reforça como estes personagens criavam uma legitimidade própria para o acesso a tais bens materiais, permeado por crenças e valores, tal qual a justiça como ação de socorro ao mais fraco, e aqueles associados à religiosidade (como a graça e a fé), a competência pessoal, familiar ou profissional.

Não foram apenas as camadas mais abastadas que encaminharam suas demandas como acompanhamos até aqui. Os trabalhadores mais pobres, em menor número, também encaminharam seus pleitos. Como observamos neste caso:

[...]No fim desta, verá V. Ex^a um nome obscuro sem um amparo sequer, de outro nome ilustre, que advogue perante V. Ex^a o pedido que faz [...] hoje sou maior de 60 anos e lembrei de dirigir-me a V. Ex^a como antigo companheiro em que esforçara-me, como *soldado cheio de entusiasmo*, na campanha honrosa, na qual V. Ex^a como nosso *chefe supremo*, conseguiu trazer a água para a Capital em 6 dias!! [...] Ofereço-me novamente *como humilde e fraco soldado*, qualquer que seja o posto que V. Ex^a me designar saberei correr ao menor acesso *do meu general tão querido* desde então [...] (BARROS, 1904) (Grifos nossos).

Nesse convite à aliança, entre personagens desiguais, o pedido de Gaudêncio Barros revela a dimensão pessoal destas práticas políticas e seu caráter assimétrico. O missivista, desempregado, reclama uma relação de subalternidade e recorre, estrategicamente, a uma retórica da hierarquia militar. Com este artifício, o missivista acionava elementos neste jogo de reciprocidades, como a lealdade pessoal, para assim, legitimar o seu acesso a tal recurso público.

Considerações Finais

⁸ Fonte: Correspondências da série passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB.

Ao final deste artigo, constatamos que agentes estatais tiveram a oportunidade de fazer política, atuando como técnicos na Capital Federal no início do século XX. Por um lado, notamos como parcelas da população carioca buscavam articular seus interesses com o Estado, através das relações pessoais, como os pedidos de favores. Essa documentação revelou, principalmente, a atuação de personagens oriundos de segmentos sociais mais abastados com destaque para aqueles com nível superior, elites políticas, militares de patentes mais altas e, em menor número, os trabalhadores mais pobres e desempregados.

Por outro lado, a posição de Paulo de Frontin era privilegiada porque dava a ele a capacidade de gestão de recursos públicos úteis politicamente, como vagas de trabalho nos canteiros de obras da avenida, assim como a influência sobre questões indenizatórias e imobiliárias em uma cobiçada região da Capital. Portanto, um posto-chave que atraía o interesse de tais segmentos sociais.

As correspondências enviadas ao engenheiro eram autênticos convites à aliança pessoal que legitimavam as suas demandas. Tais práticas operavam sob a lógica de dádivas, ensejando a dívida moral e uma vinculação direta entre o solicitante e o provável doador. Como vimos, eram recorrentes as referências à gratidão, a lealdade e a dívida afetiva, o que reforça o argumento de que tais práticas criavam dívidas que comprometiam estes pactuantes de maneira mais ampla e duradoura.

Os missivistas utilizavam linguagens repletas de formalidades e reclamavam amizades que eram marcadas por posições assimétricas. Estrategicamente, utilizavam uma retórica marcada pela hierarquia, adulação e justificavam os seus pedidos como uma questão de justiça e de proteção. Portanto, ainda que vivenciadas de maneiras diversas, tais práticas demonstram a complexa relação entre o âmbito do público e do privado no cotidiano político da cidade do Rio de Janeiro durante a Primeira República brasileira.

Fontes Primárias

Arquivo Privado Paulo de Frontin (IHGB)

ALBUQUERQUE, Ananias. Distrito Federal: 29 abr 1904. **Arquivo Privado Paulo de Frontin**, Pasta 1288, Lata 073.

BARROS, Gaudêncio Aristides. Valença: 26 mar 1904. **Arquivo Privado Paulo de Frontin**, Lata 1288, Pasta 068.

Instruções para a comissão construtora da Avenida Central. Rio de Janeiro: Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, 1903. **Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB**, lata 1300, pasta 055.

CORREIA, Américo. Niterói: **Arquivo Privado Paulo de Frontin**, 1904., Pasta 1288, Lata 069.

COUTINHO, Henrique. Distrito Federal: 05 abr 1904. **Arquivo Privado Paulo de Frontin**, Pasta 1292, Lata 134.

MURTINHO, José. Distrito Federal: 4 abr 1904. **Arquivo Privado Paulo de Frontin**, Pasta 1292, Lata 132.

OURO PRETO, Visconde. Distrito Federal: 19 abr 1904. **Arquivo Privado Paulo de Frontin**, Pasta 1284, Lata 008.

SAMPAIO, A. J. Distrito Federal: 27 fev 1904. **Arquivo Privado Paulo de Frontin**, Lata 1288, Pasta 046.

SOUTO, Vieira. Distrito Federal: 17 fev 1904. **Arquivo Privado Paulo de Frontin**, Pasta 1292, Lata 116.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, André Nunes de. **Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual**. Dados [online] . Rio de Janeiro, v. 40, n.2, 1997. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003> >.

CARVALHO, Lia de Aquino. **Habitações populares**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

CURY, Vânia Maria. **Engenheiros e Empresários: O Clube de Engenharia na Gestão de Paulo de Frontin (1903-1933)**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2000 (Tese de Doutorado).

FGV - Fundação Getúlio Vargas. **Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro (CPDOC-FGV)**. Fundação Getúlio Vargas: on-line, obtido em out. 2016, disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/2684_1.asp>>.

FIGUEIREDO, Candido de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa: Livraria Editôra Tavares Cardoso & Irmão, v. 1, 1899.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a Dádiva**. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: EPU, 1974 [1924].

PINTO, Surama Conde Sá. **Só para iniciados...o jogo político na antiga Capital Federal**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011, p. 62-63.

ROCHA, Oswaldo Porto. **Era das demolições: cidade do Rio de Janeiro 1870-1920**. Rio de Janeiro: [S.n]. vol 11, Coleção Biblioteca Carioca, 1995, p. 60.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1973 [1903].

VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina. **Mediação e Metamorfose**. In: Mana: estudos de antropologia social. Vol. 2 (1), 1996, p. 82-84.